

1 **Ata da 4ª Reunião Ordinária da CT-Rural, Câmara Técnica de Uso e**  
2 **Conservação da Água no Meio Rural, realizada no dia 16 de setembro de**  
3 **2005, na Sala do Conselho Técnico Administrativo da ESALQ, no**  
4 **Campus “Luiz de Queiroz” da USP em Piracicaba.**

5 **Membros presentes:** Sr. Angelo Petto Neto, AEAL; Sr. Antonio Carlos Scomparim,  
6 CODASP; Sr. Walter Antonio Becari, DAEE; Sra. Mariana Pinheiro Silveira, EMBRAPA  
7 Meio Ambiente; Sr. Marcos Vinícius Folegatti, ESALQ/USP; Sr. Humberto Rosante,  
8 Prefeitura Municipal de Atibaia; Sra. Dea Rachel Ehrhardt Carvalho, Prefeitura Municipal de  
9 Campinas; Sr. David Bertanha, Prefeitura Municipal de Cordeirópolis; Sr. Luis Carlos  
10 Sombini, Prefeitura Municipal de Indaiatuba; Sr. Simão Pedro de Aguiar, Prefeitura  
11 Municipal de Jaguariúna; Sr. Nelson Luiz Barbosa Neves representando a Sra. Juliana  
12 Varalla, Prefeitura Municipal de Joanópolis; Sr. Aidano Carneiro, Prefeitura Municipal de  
13 Jundiá; Sr. Dirceu Brasil Vieira, Prefeitura Municipal de Limeira; Sr. José de Sordi Neto,  
14 Prefeitura Municipal de Nova Odessa; Sr. Antonio Pedro Baccarelli, Prefeitura Municipal de  
15 Pedreira; Sr. Ulisses Nunes Gomes e Sr. Roberto Ivan Rovagnelli, Prefeitura Municipal de  
16 Sumaré; Sr. José Braga Semis, Prefeitura Municipal de Vargem; Sr. José Marco Antonio  
17 Pareja Cobo, Preservação; Sr. Allan Cristian Rosa, SAEAN; Sr. Nélon Luiz Neves  
18 Barbosa e Sra. Andréia Collaço Klimionte, Sindicato Rural de Campinas; Sr. João  
19 Aparecido Santarosa, Sindicato Rural de Limeira; Sr. Eduardo Soave, Sindicato Rural de  
20 Piracicaba; Sr. João Primo Baraldi, Sindicato Rural de Rio Claro e Sr. Edwaldo Luiz de  
21 Oliveira, Terceira Via.

22 **Membros ausentes com justificativa:** Sr. João Roberto Miranda, AEAA da região  
23 Bragantina; Sr. Sergio Antonio da Silva, SABESP; José Aparecido Vivaqua e Dionísio  
24 Alberto Fulop, Sindicato Rural de Extrema e Sra. Márcia Calamari e Sr. Primo Angelo  
25 Falzoni Neto, SMA-DEPRN.

26 **Membros ausentes sem justificativa:** Sr. Maurício João Mattar, AAEA-Artur Nogueira; Sr.  
27 Enio Antonio Camapna, ABCON; Sr. José Fernando Calistron Valle, CETESB; Sr. Tales  
28 Augusto de Noronha Mota, COPASA-MG; Sr. Tonny José Araújo da Silva, IAC; Sr.  
29 Fernando Remo Queiroz Barbosa Júnior, IEF-MG; Sra. Meire Maria Vieira, Prefeitura  
30 Municipal de Cabreúva; Sr. Paulo Henrique Pereira, Prefeitura Municipal de Extrema; Sr.  
31 Sandro Cecon, Prefeitura Municipal de Itatiba; Sr. Alípio Marques Junior, Prefeitura  
32 Municipal de Itirapina; Sr. Antonio Carlos Kotzent, Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista;  
33 Sr. Rodrigo da Silva Binotti, Prefeitura Municipal de Socorro; Sr. Mário Monteiro França,  
34 Prefeitura Municipal de Vinhedo; Sra. Fabiane Becari Ferraz, SEESP-DS Piracicaba; Sr.  
35 Ismael Luis Secco, Sindicato Rural de Indaiatuba e Sr. Arthur Costa Falcão Tavares,  
36 SORIDEMA.

37 **Demais participantes:** Sra. Célia Regina Ferrari Faganello, ESALQ/USP.

38 O Prof. Marcos Vinícius Folegatti, Coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de  
39 todos e deu início à reunião salientando sobre a importância de acessarem o site do CBH-  
40 PCJ, para estarem atualizados sobre os temas atuais, tendo em vista a necessidade do  
41 setor rural se manifestar com relação ao Plano das Bacias, que irá estabelecer  
42 mecanismos e sugerir valores para a cobrança dos recursos hídricos nas bacias  
43 hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e que está em processo de  
44 elaboração. Salientou que a CT-Rural está iniciando suas atividades, mas tem importância  
45 fundamental, pois 90% da Bacia está em áreas rurais, assim deve ter participação  
46 equitativa com os demais segmentos e participar ativamente de todas as reuniões das  
47 outras Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, divulgando dessa forma, as questões que  
48 estão sendo discutidas no âmbito da CT-Rural, mostrando as dificuldades e  
49 especificidades do setor rural, como: o processo de perda de água pelas plantas, a água  
50 gasta com a irrigação, com a suinocultura, com as diferentes culturas, buscando  
51 demonstrar, na visão do setor rural, qual a maneira mais justa de se estabelecer a  
52 cobrança pelo uso da água. Informou que nessa reunião faria uma breve apresentação do

53 que está sendo proposto para a cobrança pelo uso da água, e que o assunto seria  
54 discutido no período da tarde com o Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-  
55 PCJ e PCJ Federal. Informou também que convidou para participar da próxima reunião da  
56 CT-Rural, o Sr. Cláudio Di Mauro, de Rio Claro. Lembrou que na última reunião da CT-  
57 Rural, foram definidos três grupos de trabalho e principais propostas de cada um deles: o  
58 Grupo Técnico de Cobrança, o Grupo Técnico de Produção e Grupo Técnico de Gestão,  
59 comentou que após a última reunião da CT-Rural, vários membros participaram de  
60 reuniões de outras Câmaras Técnicas, o que o deixou muito satisfeito, pois é de extrema  
61 importância esta integração. Colocou a Ata da última reunião em votação, não havendo  
62 sugestões, foi considerada aprovada. O Prof. Marcos passou a palavra ao Sr. Nelson, do  
63 Sindicato Rural de Campinas, que comunicou ao grupo sua participação na reunião no dia  
64 anterior da CT-Planejamento em Indaiatuba e falou sobre as questões discutidas, como o  
65 Consórcio a nível Federal e Estadual em Minas Gerais e São Paulo, a cobrança pelo uso  
66 da água, o Plano das Bacias 2004-2007 e a proposta atual do Comitê para a distribuição  
67 dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no qual seria destinado 79%  
68 dos recursos ao tratamento de esgoto, 24% para construção de barragens e 2% para  
69 mananciais (área rural). Expôs que a CT-Rural não pode aceitar isso, citou alguns pontos  
70 negativos sobre a construção de barragens, como o custo altíssimo, o grande impacto  
71 ambiental, a perda elevada de água pela evapotranspiração, o assoreamento e a  
72 contaminação por carreamento de solo e uso de defensivos agrícolas, enfim, não atende à  
73 causa do problema de escassez de água, cujo diagnóstico é o elevado escoamento, sendo  
74 dessa forma, totalmente ineficiente. Falou que existe um “lobby” da SABESP para que  
75 esses valores sejam aprovados no Plano das Bacias e que a CT-Rural deve exigir que a  
76 questão de quantidade de água seja tratada tecnicamente, com respaldo no diagnóstico do  
77 problema e direcionada a elevar a recarga dos aquíferos subterrâneos, que são as  
78 melhores caixas naturais de água. O Prof. Marcos falou que é muito importante a  
79 existência de um processo educativo hidrológico dentro do Comitê, e que são necessárias  
80 propostas de ações para conscientizar seus membros, falou que há como buscar  
81 informações necessárias para o desenvolvimento dessas ações na própria ESALQ e em  
82 outras Universidades, Institutos e Centros que também tenham envolvimento com a área  
83 rural. Com relação ao “lobby” existente, disse que deverá ser enfrentado de forma racional  
84 e científica, com organização, planejamento e discussão, a fim de buscar um caminho  
85 satisfatório para todos os segmentos. O Sr. Nelson, como sugestão citou o Programa de  
86 Produção de Água, lançado em 2004 pelo CTRN e apresentado à CT-Rural através do  
87 Grupo Técnico de Conservação e Produção de Água. Assim, propôs três ações, que sob a  
88 ótica do Grupo, devem atuar integradas: a conservação de solos, a recomposição florestal  
89 e a educação ambiental para os produtores rurais por técnicos que trabalham com gestão  
90 de água. Falou que a melhor recomposição florestal é a regeneração natural, citou dados  
91 que levantou sobre o assunto, em que comparou o custo do eucalipto com o da floresta  
92 nativa. O Prof. Marcos pediu para o Sr. Nelson trazer por escrito esses custos levantados.  
93 O Sr. João do Sindicato Rural de Rio Claro, falou que é realmente importante a  
94 conscientização dos produtores rurais sobre o assunto e propôs ainda, a criação de uma  
95 cartilha para o produtor rural. O Sr. Santarosa, do Sindicato Rural de Limeira, disse que na  
96 reunião do GT-Cobrança, apesar de terem citado esse valor de 2% destinado à área rural  
97 (de mananciais), não foram mencionados valores financeiros. A Sra. Dea, da Prefeitura  
98 Municipal de Campinas, falou que a área rural é maioria, portanto, precisa ter  
99 representatividade, sugeriu reunirem-se para fazer um planejamento, se articularem, para  
100 mostrar de forma técnica o que ocorre no meio rural, estudando formas de incentivo ao  
101 produtor rural para que participem da CT-Rural e também sobre a necessidade de  
102 oferecerem, talvez cursos, treinamentos e palestras, para outras Câmaras Técnicas, como  
103 forma de divulgação da área rural, de seus problemas e necessidades. Vários membros do  
104 grupo manifestaram sua participação em outras Câmaras Técnicas e a disposição em fazer

105 a troca de experiências e informações entre as mesmas. O Prof. Marcos ressaltou mais  
106 uma vez, a importância da articulação entre as Câmaras Técnicas, sobretudo com a  
107 participação dos membros da CT-Rural em reuniões de outras Câmaras, visando amenizar  
108 o problema de desinformação sobre a área rural, assim, além de conhecerem melhor  
109 outras Câmaras, também terão a oportunidade de atraírem novos participantes para a CT-  
110 Rural. O Prof. Marcos falou que é necessário cuidado com dados apresentados, que  
111 demonstram as variações que ocorrem nas várias culturas, volume de chuva e balanço,  
112 pediu para a Srta. Célia, da ESALQ, buscar trabalhos sobre esse assunto. O Sr. Ângelo,  
113 da AEAL, falou que é necessário proporem mudanças, mas com o devido embasamento  
114 técnico. O Sr. Dirceu, da Prefeitura Municipal de Limeira, disse que a CT-Rural não pode  
115 demorar muito para manifestar-se sobre este assunto. O Grupo discutiu sobre essa  
116 proposta de distribuição dos recursos do Plano das Bacias tendo o Prof. Marcos exposto a  
117 necessidade de posicionamento claro da CT-Rural, de que não concorda com essa forma  
118 de distribuição desse recurso, que está sendo proposto. O Sr. Ângelo disse que é  
119 necessário tomar cuidado sobre a forma de fazer esse encaminhamento, uma vez que  
120 esses valores ainda não foram aprovados. O Sr. Edwaldo, da ONG Terceira Via, falou que  
121 devido a importância do Plano das Bacias, é necessário que membros da CT- Rural  
122 trabalhem com a finalidade de encaminharem sugestões de melhorias no mesmo. A Sra.  
123 Dea, da Prefeitura Municipal de Campinas, falou que precisam verificar a metodologia  
124 correta para elaborarem essa moção, para posterior encaminhamento ao Comitê. O Sr.  
125 Marcos Pareja, da ONG Preservação, citou o problema das Áreas de Preservação  
126 Permanente, que trouxe um documento referente à esse assunto, pedindo ao Prof. Marcos  
127 repassar ao membros da CT-Rural, solicitou prioridade, pois a CT-Rural não pode ficar  
128 omissa a esse assunto. O Prof. Marcos disse que irá solicitar ao coordenador da Câmara  
129 Técnica de Planejamento, o Plano de Bacias, para que possam verificar a proposta com a  
130 finalidade de discutirem o assunto e enviarem sugestões. A Srta. Célia, da ESALQ, disse  
131 que seria importante que a minuta do Plano de Bacias estivesse disponível no site do  
132 Comitê, para consultas do que está sendo proposto. O Prof. Marcos disse que acredita  
133 que o Plano de Bacias não está disponível no site, porque trata-se ainda de uma minuta.  
134 O Sr. Edwaldo, da ONG Terceira Via, informou ao grupo que participou da Assembléia do  
135 Fórum Paulista dos Comitês de Bacias, onde foi discutida a questão da cobrança pelo uso  
136 da água, sobre a representação no Fórum Nacional dos Comitês, sobre licenciamento da  
137 CETESB, taxas e outorga. O Sr. João, do Sindicato Rural de Rio Claro, convidou o Prof.  
138 Marcos e todos os presentes para participarem de reunião, no dia 08 de outubro, no  
139 Sindicato Rural de Rio Claro, onde será tratado o tema “Sistema de Recursos Hídricos e  
140 Cobrança Pelo Uso da Água no Meio Ambiente”. Em seguida, o Prof. Marcos iniciou sua  
141 apresentação, sobre a cobrança pelo uso da água, para que o grupo, no período da tarde  
142 possa discutir mais claramente com o Sr. Moretti o assunto. Falou que a proposta atual é  
143 iniciar a cobrança em janeiro/março de 2006, através do consórcio. Citou dados da  
144 Agência Nacional das Águas. O grupo então discutiu sobre várias questões, como: os  
145 mecanismos de cobrança, como será medido o consumo na área rural, a classe da água  
146 dos rios, valores dos Preços Unitários Básicos-PUB's, conforme a utilização da água,  
147 outorga e regulamentação nas propriedades rurais, presença de indústrias na área rural,  
148 equação para o cálculo do valor a ser cobrado pelo uso da água e formas de melhorá-la,  
149 ampliando o Coeficiente Rural (KRural), de modo a incentivar e privilegiar o produtor rural  
150 que desenvolve em sua propriedade algumas ações conservacionistas, como: produção ou  
151 economia de água, os que possuem áreas de preservação permanente, os que conservam  
152 o solo, entre outras. Dessa forma o grupo observou a necessidade de informações que  
153 classifiquem as propriedades rurais da bacia, pois através desses dados, terão maiores  
154 subsídios para trabalharem corretamente nessa questão. O Prof. Marcos ressaltou a  
155 necessidade da CT-Rural demonstrar que os recursos arrecadados com a cobrança pelo  
156 uso da água nas propriedades rurais deve voltar à área rural. Para tanto é preciso

157 conscientizar e oferecer as informações necessárias ao produtor, e assim incentivá-lo a  
158 realizar ações conservacionistas. Após a apresentação e discussão do tema, o Prof.  
159 Marcos, encerrou a primeira parte da reunião. A reunião foi reiniciada pelo Prof. Marcos  
160 que informou sobre a inauguração da Casa do Produtor Rural, na ESALQ, convidando  
161 todos os membros da CT-Rural a conhecer e divulgar esse novo serviço oferecido pela  
162 Universidade aos produtores rurais. O Prof. Marcos agradeceu a presença do Sr. Luiz  
163 Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ Federal e falou que o grupo,  
164 apesar de ter iniciado suas atividades recentemente, tem se esforçado muito no trabalho  
165 com as questões rurais, como a discussão das propostas da cobrança pelo uso da água, a  
166 questão da conservação da água na área rural, falou também da criação dos Grupos  
167 Técnicos na CT-Rural e das preocupações atuais do grupo, com relação à melhoria da  
168 fórmula para a cobrança da água, meios de incentivar práticas conservacionistas dos  
169 produtores rurais e com a distribuição do recursos arrecadados com a cobrança pelo uso  
170 da água. O Sr. Moretti mostrou sua satisfação em participar da reunião, pois a instalação  
171 da CT-Rural é de suma importância para o CBH-PCJ, tendo em vista que 95% da área é  
172 rural. Começou expondo que a cobrança pelo uso da água está prevista para ser iniciada  
173 em janeiro de 2006, através do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios  
174 Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que irá desempenhar por prazo determinado funções de  
175 Agência de Águas nas Bacias. Esclareceu que o Plano das Bacias que está em elaboração  
176 é referente ao período de 2004-2007, portanto, com a cobrança a ser iniciada em janeiro  
177 de 2006, explicou que atualmente estão discutindo os parâmetros a serem estabelecidos  
178 para a cobrança para nos anos de 2006 e 2007, e que para o próximo plano 2008-2011,  
179 haverá informações mais concretas para a cobrança, pela experiência desses dois anos  
180 iniciais. Seguiu falando sobre as formas de cobrança e propostas para abatimento das  
181 contas de água, enfatizou que ninguém melhor no Comitê, que a CT-Rural, para verificar a  
182 contenção do gasto da água e definir quais serão as ações que o produtor rural poderá  
183 desenvolver em sua propriedade, para ter abatimentos na conta. Sugeriu que a CT-Rural  
184 encaminhe, para o Comitê, sugestão de proposta contendo quais serão essas ações.  
185 Ressaltou que quando for implantada a cobrança, o produtor já deverá estar orientado  
186 sobre esse assunto. Em seguida, foram realizados alguns questionamentos ao Sr. Moretti,  
187 sobre o tema apresentado. O Sr. Nelson, do Sindicato Rural de Campinas, questionou  
188 sobre a distribuição do recursos que serão arrecadados com a cobrança pelo uso da água  
189 e expôs que o valor de 2%, que está sendo sugerido para a área rural é muito pequeno,  
190 tendo em vista a participação da área rural na Bacia. O Sr. Moretti disse que a CT-Rural  
191 deve apresentar projetos concretos, mostrando e justificando a necessidade real do setor  
192 rural. O Sr. Scomarim, da CODASP, falou sobre sua preocupação com a capacidade de  
193 pagamento do produtor rural e da necessidade da CT-Rural buscar dados referentes às  
194 propriedades rurais localizadas na Bacia, como quais são as propriedades, sua  
195 localização, tamanho, áreas de preservação permanente, e outros dados relevantes,  
196 assim, terão subsídios para refletirem com amplitude as condições e dificuldades do  
197 produtor rural e também para o desenvolvimento de trabalho educativo e de  
198 conscientização sobre o tema. Foi questionado pelo Prof. Marcos, sobre quais documentos  
199 seriam aceitos para o caso de abatimento na conta de água, o Sr. Moretti esclareceu que o  
200 produtor deve comprovar, mediante apresentação de Nota Fiscal, a aquisição de  
201 equipamentos que visem o uso racional da água e/ou a modernização da propriedade,  
202 anualmente. O Sr. Ângelo, da AEAL, questionou sobre a participação de pessoas da área  
203 rural, envolvidas na elaboração da dotação orçamentária do plano das bacias, que foi  
204 realizada por uma empresa terceirizada. O Sr. Moretti esclareceu que a CT-Rural deve  
205 encaminhar sugestão para que sejam envolvidas pessoas do setor rural, que conheçam  
206 tecnicamente as dificuldades e particularidades do setor rural. O Sr. Ângelo questionou  
207 ainda, quando for implantada a cobrança, a partir de 2006, quem serão os pagantes? O Sr,  
208 Moretti respondeu que serão os produtores rurais cadastrados ou que possuem outorga,

209 quem não se enquadrar nessas categorias, será considerado irregular. O Sr. João, do  
210 Sindicato Rural de Rio Claro, ressaltou a dificuldade do produtor rural se regularizar, devido  
211 ao alto custo e burocracia, tendo o Sr. Moretti sugerido aos produtores buscar parcerias  
212 com Associações e Sindicatos Rurais, a fim de baratear esse custo e informou que o DAEE  
213 pode oferecer cursos para essas entidades sobre como realizar esses procedimentos. O  
214 Sr. Angelo, da AEAL, questionou se a CT-Rural apresentar projeto ao CBH-PCJ, tem  
215 alguma prioridade. O Sr. Moretti informou que a CT-Rural tem que encaminhar “Termo de  
216 Referência”, ou seja, o que quer que seja estudado, que projeto quer que seja realizado  
217 (cadastramentos, levantamentos, avaliação de custos, etc.). O Prof. Marcos, falou que a  
218 CT-Rural pode elaborar Termo de Referência, sobre Conservação do Solo e encaminhar  
219 ao CBH-PCJ, até o final do ano, mas questionou sobre quem, dentro da CT-Rural pode  
220 ficar responsável por sua elaboração. O Sr. Edwaldo, da Ong Terceira Via, fez vários  
221 questionamentos: 1. Se os critérios utilizados para a distribuição dos recursos nos projetos  
222 encaminhados à FEHIDRO são os mesmos utilizados pelo Plano das Bacias, da cobrança  
223 pelo uso da água? O Sr. Moretti respondeu que sim, todos os critérios são idênticos. 2.  
224 Qual o número de Termos de Referência que a CT-Rural pode apresentar ao CBH-PCJ? O  
225 Sr. Moretti respondeu que cada tomador de recurso pode apresentar apenas um Termo de  
226 Referência, esclarecendo que tomador deve ser uma entidade com personalidade jurídica  
227 e que a CT-Rural, não possui essa característica. 3. Com relação à cobrança pela água,  
228 questionou se os investimentos podem ser aproveitados de um ano para outro, caso tenha  
229 sido maior que o custo da água? O Sr. Moretti esclareceu que não, deve ser apenas dentro  
230 do ano. 4. Como está sendo visto o assunto cobrança pelo uso da água? O Sr. Moretti  
231 respondeu que, está sendo realizado um trabalho gradativo com quem está diretamente  
232 envolvido na questão, como por exemplo, os Sindicatos, esclarecendo que a cobrança só  
233 será implantada com o aval do CBH-PCJ. 5. Se os recursos captados com a cobrança  
234 retornará 100% no âmbito do Comitê? O Sr. Moretti esclareceu que sim, todo o recurso  
235 retornará para a bacia, mas ainda não há garantias disso. 6. Quando será disponibilizada a  
236 minuta do Plano das Bacias? O Sr. Moretti esclareceu que ela ainda encontra-se em  
237 elaboração, que quando for concluída, será disponibilizada. O Prof. Marcos falou que para  
238 a próxima reunião da CT-Rural, devem definir quem serão esses possíveis tomadores de  
239 recursos. O Sr. Humberto, da Prefeitura Municipal de Atibaia, questionou se um Projeto,  
240 encaminhado através da CT-Rural, não for contemplado neste ano, se poderá ser  
241 encaminhado novamente no ano seguinte? O Sr. Moretti respondeu que não há  
242 problemas. O Sr. Moretti aproveitou para esclarecer que todos os Projetos encaminhados  
243 ao Comitê devem possuir uma contrapartida apresentada pelo solicitante, esclarecendo  
244 que os projetos de interesse regional, que proporcionem benefícios coletivos, são  
245 dispensado dessa contrapartida. Esclareceu sobre a tramitação dos Projetos  
246 encaminhados ao Comitê, que após apresentado, o Comitê o encaminha à FEHIDRO,  
247 onde agentes técnicos elaboram parecer, e se aprovado, é encaminhado ao BANESPA,  
248 para assinatura do Contrato. O Prof. Folegatti finalizou a reunião, agradecendo a presença  
249 de todos e ao Sr. Moretti, pelos esclarecimentos prestados ao grupo.